

## ATA DA 144ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 2006, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá – ACIAP, sito na Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR, às 09h, sob a presidência do Sr. Hélio José da Silva reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos **Conselheiros**: Sérgio Botto de Lacerda, Rogério Distéfano, José Baka Filho, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima, Michael Martins da Silva, Carlos Antonio Tortato, Leonardo Luiz Vicente, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Ademir Scomasson, Zulfiro Antonio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Alceu Claro Chaves, Sidney Pinto, Luiz Henrique Roos, João Gilberto Cominese Freire; **Convidados**: CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira, FAEP - Nilson Hanke Camargo, OGMO - Dautro do Nascimento e Sra. Ana Lúcia Ferreira, SINDAPAR - Laís Sávio, Polícia Federal – Fabiano Bordignon, Receita Federal – João Batista Firmiano, Roberto Rockenbach, APPA - Fabrício Massardo, Luiz Eduardo Geara, Leopoldino de Abreu Neto, Cel. Elpídio Artigas Filho, Capitão Emerson Luiz Pinto, Xênia Karina Arnt, Ogarito Borgias Linhares, Eudir Santos, Renato Nickel Veiga; SEAB – Disonei Zampieri; SINDOP – Edson Aguiar; SINDAPAR - Laís Sávio; FIEP – Mário Stamm; SINDESTIVA – Arivaldo Barbosa José, Osmar Petersen. **Justificativa da Ausência**: Carlos Alberto Calvo, Hermes Anghinoni, Carlos Roberto Frísoli, Jorge Tacla Filho, Willen Mantelli, José Roberto Correia, Nivaldo Tuba, e Airton Galinari I - **ORDEM DO DIA: - 1 - ABERTURA DOS TRABALHOS** – Palavra do **Presidente**: Dá início a reunião cumprimentando a todos, e destacando a primeira reunião do ano, que inicia com mais afinho e determinação. Cumprimenta também os convidados, destacando a Sr. Elizabete Coutinho, que é Diretora do Informativo dos Portos de Itajaí, e que está ciente das regras que este Conselho estabeleceu para cobertura jornalística de seus trabalhos. **- 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS** – Foram distribuídas as atas 140ª, 141ª, 143ª Reunião Ordinária, com exceção da 142ª Reunião Ordinária, que encontra-se em elaboração. O Presidente submete a apreciação do Conselho este Conjunto de Atas, sendo que a Ata da 140ª Reunião Ordinária, já havia sido apreciada pelo Conselho, mas na época a Conselheira Maria do Socorro pediu que se fizesse ajustes. A secretaria do CAP recebeu as ponderações da Conselheira Maria, que apenas fez modificações quanto ao estilo de redação. **O Conselho decidiu por unanimidade aprovar as Atas 140ª, 141ª, 143ª Reunião Ordinária. - 3 - POSSE: Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins** – Representante Titular dos Terminais Retroportuários – Conselheiro João Gilberto – Após assinar o termo de posse o Conselheiro expressou o prazer em fazer parte deste CAP por mais um período, agradecendo a todos. O Presidente dá seqüência a pauta no item **- 4 - POSICIONAMENTO SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP. - 4.1 – Comissão de Operações Portuárias e Pré – Qualificação de Operadores Portuários – Informações sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 – APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracações e Operações de Navios – Relator – Cons. “Ad-hoc” Maria do Socorro de**

**Oliveira** – Disse que não possui relatório a respeito do assunto, e que a Comissão não se reuniu período, porque houve a edição da Ordem de Serviço 04/06 - APPA que atendeu em determinada medida o que era consenso dentro da Comissão, faltando apenas a questão do container, que é a proposta do Conselheiro Michael para as Janelas de Atracação, e tiradas a questão do container, que se pode atracar carga geral, que é uma questão de consenso entre a comunidade portuária. Acredita que restou uma parte pequena do problema que elencaram inicialmente. **Sra. Laís** – Cumprimenta a todos, e destaca que participaram da reunião de lançamento da portaria 004/06 - APPA, que realmente atende algumas reivindicações, outras ficaram de ser estudadas, como a questão das Janelas de Atracação, Cargas no TCP, principalmente os tempos de expurgo. Disse que sugeriram na época ao Sr. Claubert, que levasse ao Superintendente a idéia de se fazer uma Comissão permanente de discussão das Ordens de Serviço, que dizem respeito, as Atracções, Desatracções, Operações, Portuárias, porque entendem que foram essas reuniões que propiciaram esses resultados finais. Então gostariam de ter uma Comissão permanente que se reunisse uma ou duas vezes por mês, até que tudo se resolvesse, visando as próximas ordens de serviço. Como esta solicitação foi feita no dia 09, e não houve nenhuma resposta, ontem foi protocolado um ofício na APPA, e aguardam o posicionamento da Administração do Porto. **Presidente Hélio** – Sob o ponto de vista das atribuições e competências deste Colegiado, já se tem uma Comissão, que se reúne permanentemente, que na medida que surgem assuntos, ou necessidades que são trazidas no âmbito desta Comissão. Certamente ela vai analisar e convidar toda Comunidade para contribuir e assim apresentar uma alternativa com maior consistência sobre a matéria. **Sra. Ana** – Reitera essa posição com relação a carga geral, e janelas do TCP, para que fossem realmente apreciadas para elaboração de uma nova resolução, entendendo que a Portaria 04, melhorou sensivelmente as disposições anteriores da Ordem de Serviço 036/05. **Conselheiro Michael** – Resume que está havendo alguma mudança, e que há referências bastante genéricas sobre Janelas de Atracação, mas que não chegam ao propósito que foi apresentado pelos armadores no ano passado, que era específico para o Terminal de Containeres de Paranaguá. Acredita que com a proposta de ter um Grupo de trabalho, para se reunir com a APPA, e saber o que está por trás disso, e através dessa nova ordem, dos interessados submeterem os seus pedidos de janelas, saem da gaveta as coisas especificamente articuladas, como o Berço 209, 215, 216. Espera que essa iniciativa de criação de uma Comissão permanente fosse levada adiante, e marcada talvez do próprio Comitê técnico deste Colegiado, e tivessem a primeira reunião para poder pedir a APPA o que se espera. Porque é muito fácil fazer pedidos, mas se não for organizado, no próprio TCP, onde ele concilia Janelas que não vão entrar em conflito de cara, que às vezes acontece ter um pedido de seis interessados para Segunda –feira de manhã as sete horas, e só ter dois berços, e isso tudo tem que ser trabalhado antes, para que os pedidos quando forem apresentados a APPA sejam apresentados de maneira construtiva, e não tumultuada. **Conselheira Maria do Socorro** - Manifesta em nome do Bloco dos trabalhadores a concordância com a proposta de reuniões para ajustar a questão das Ordens de Serviço, das Atracções no Porto, porque isso é muito

importante e é uma questão de carga, de trabalho, e de produtividade. E os trabalhadores manifestam juntamente com o SINDOP, SINDAPAR, e com os Armadores, este desejo de reuniões permanentes. Acreditando que para efeito de facilitar o trabalho, e conciliar os compromissos de cada um que deve participar dessa reunião, uma programação antecipada, uma data para que cada um pudesse se organizar. Volta a dizer que o Relator desta Comissão é o Conselheiro João Gilberto, que está presente, e a exceção do TCP, os demais assuntos foram encaminhados.

**Conselheiro João Gilberto** – Agradece a Conselheira Maria pelo auxílio sempre prestado, e disse concordar com a sua posição. Acredita que houve uma mudança e que isso foi importante, pela parte de aceitação do Porto, em re-discutir alguns pontos, e acredita que a situação do container pode ser estudada. Gostaria de aguardar algumas idéias que foram trocadas, porque a sua visão é que as pendências que ficaram sobre container, podem ser acertadas entre os próprios usuários. **Presidente Hélio** – Em que pese a Comissão ter outros assuntos que estão dentro da sua pauta,

ao se pronunciarem sobre essa matéria, solicitam ao Conselho que aguardem a evolução destes entendimentos. Dando continuidade a pauta no seu próximo item: **- 4.2**

**– Comissão de Uso Racional das Instalações Portuárias e dos Processos Licitatórios para sua Exploração – Relatório 01/06 sobre a análise do Ofício Circular 008/05 –APPA- Regras para instalações de Terminais Privados destinados à movimentação exclusiva de soja transgênica no Porto de Paranaguá**

– Relator – Cons. José Baka Filho. Presidente Hélio – Destaca que em uma das reuniões anteriores, quando foi discutido o Ofício 08/ 05 – APPA, foi solicitado as Comissões de Regulamento de Explorações, de Uso Racional das Instalações, e de Operações Portuárias, que se reunissem para discutir especificamente sobre as regras para instalação de terminais privados, e a movimentação exclusiva de soja transgênica no Porto de Paranaguá. Os Senhores Conselheiros receberam o Relatório da Comissão de Uso Racional sobre esse assunto, e pede que o Relator da Comissão apresente as conclusões em que a Comissão chegou. Conselheiro **José Baka Filho** – Lê o Relatório nº 001/06 – de 18 de janeiro, às 10 horas, análise do Ofício Circular 08/05.

**CONSIDERANDO:** Que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, emitiu e encaminhou a diversas entidades em data de 21 de outubro de 2005 o Ofício Circular 008/05, para o qual até o presente momento não acudiram interessados; Que a APPA enviou ao CAP nesta data, o Ofício nº 016/06 que torna sem efeito o Ofício Circular 008/05-APPA; Que a movimentação de soja transgênica na APPA está proibida; Que a previsão de colheita de soja transgênica no estado do Paraná, segundo estimativas das entidades representativas do segmento agrícola, é de aproximadamente 20% (vinte por cento); Que segundo informações dos representantes dos terminais na Comissão, a metodologia de classificação da CLASPAR, prevê uma tolerância para presença de soja transgênica entre a convencional de até 0,1% (zero vírgula um por cento), considerada muito baixa, pois poderá haver contaminação nesse percentual em função dos meios de transporte utilizados; Considerando que os representantes dos terminais na comissão informam que os contratos de compra e venda de soja em "pool" não prevêm restrição à soja transgênica; Que os representantes dos terminais na comissão informam que permanecendo a proibição, ã



CONSELHO DE AUTORIDADE  
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE  
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161  
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR  
Tel. (41) 420-1142 – Fax (41) 420 -1360  
www.portosdoparana.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

movimentação de soja transgênica, há uma previsão de redução na movimentação de soja pelo Porto de Paranaguá, no ano de 2006; Que conforme declarações (cópias anexas) de empresas certificadoras internacionais de qualidade (Control Union Ltda, Schutter do Brasil, Intercontrol, Intertek Agri Services, Inspectorate, Thionville do Brasil Ltda e SGS do Brasil Ltda), existem procedimentos de segregação, profilaxia e limpeza, que impedem a "contaminação cruzada" que são possíveis de serem realizados nas instalações da APPA; **RESOLVE:** Propor ao Conselho que recomende à APPA a adoção das medidas abaixo relacionadas, como forma de resgatar e tornar mais atrativas as movimentações de soja pelo Porto de Paranaguá: Manter o Terminal Público como exclusivo para movimentação de soja convencional; Permitir a utilização do sistema do complexo do corredor de exportação e outros terminais para movimentação de produtos desejados pelo comprador; Determinar que a limpeza e higienização do sistema do complexo e outros terminais, para impedir possíveis contaminações cruzadas, seja de inteira responsabilidade das empresas dos exportadores e fiscalizadas pela APPA e demais órgãos competentes. **Presidente** - Pergunta se há alguma manifestação sobre a matéria? **Conselheiro Bósio** – Como Relator da Comissão de Atração de Cargas, e Desenvolvimento do Porto de Paranaguá, solicita a presidência que os Conselheiros como um todo continuem com o trabalho que está sendo empreendido, no sentido de exportar soja transgênica via Porto de Paranaguá, sem nenhuma restrição a mais, porque a perda de soja transgênica no ano passado devido ao assunto muito discutido inclusive pela imprensa foi muito grande. E esse ano deve-se trabalhar em cima de métodos, conceitos e fórmulas para que a soja transgênica possa sair do Porto de Paranaguá sem nenhuma restrição. **O Conselho decide aprovar o Relatório, e o Presidente informa que será baixada uma Deliberação. Dando continuidade a pauta em seu item - 5 - CONTRIBUIÇÕES À PROPOSTA DE NORMA DA ANTAQ SOBRE A FISCALIZAÇÃO NOS PORTOS ORGANIZADOS:** **Presidente Hélio** – Informa que no final do ano passado a ANTAQ colocou em audiência pública uma proposta de norma para disciplinar os seus atos sob o ponto de vista da fiscalização das atividades portuárias nos Portos Organizados. Essa audiência pública teve um período de vigência, depois foi aditado para obter contribuições dia 18 de janeiro. Na semana passada teve uma audiência com a direção da Antaq, e trataram de um balanço das atividades deste Conselho, dos principais assuntos que foram tratados aqui, e atuação da Agência sobre os assuntos que são gerenciados e administrados no âmbito do Porto de Paranaguá e Antonina, e destacou que a proposta de norma de fiscalização, talvez por uma inobservância deste Conselho, este não teve a oportunidade de contribuir, ou de apreciar a matéria. O Diretor-Geral da Agência lhe disse que por esta razão estava disposto acolher novas contribuições, razão pela qual essa matéria foi pautada, e distribuída para ver se algum dos Conselheiros gostaria de apresentar alguma contribuição aquela proposta, que relaciona muito o aspecto de gestão da atividade portuária, e também em relação Porto e Conselho de Autoridade Portuária. Pergunta se há interesse de algum Conselheiro de apresentar alguma contribuição com essa matéria, ou se já estaria satisfeito da forma que foi posta. **Conselheiro Fayet** – Pergunta se a remessa das sugestões seria feita via CAP, ou diretamente? **Presidente Hélio** – Disse que a intenção é remeter as

sugestões via CAP, mas se houver algum interesse de mandar diretamente não há problema, mas a idéia é vir em nome do Conselho e se o Conselho aprovar, estará encaminhando. **Conselheiro Fayet** – Pergunta se o Conselho estará opinando sobre as posições pessoais? **Presidente Hélio** – Destaca que o Conselho pode receber contribuições pessoais, fazer um referendo sobre essas e encaminhar, ou pode discutir alguma destas. Depende do Conselho. **Conselheiro Fayet** – Acredita que o CAP não precisa se manifestar, mas simplesmente abrir esta possibilidade de servir de canal para que as opiniões individuais sejam encaminhadas. **Presidente Hélio** – Há um outro fato novo que no Diário Oficial de ontem saíram três mensagens do Presidente da República, indicando três nomes para compor a Diretoria da Antaq ao Senado. E pode ser que esse grupo possa rever o encaminhamento dessa audiência pública, mas isso não pode se assegurar. **Conselheiro Fayet** – Acredita que o processo de audiência pública terá uma Segunda rodada, a partir das discussões, e das contribuições enviadas. **Presidente Hélio** – Acredita que haverá uma discussão interna na Antaq, para consolidar todas as contribuições. **Conselheiro Fayet** – Destaca que o interessante é aqueles que possuem contribuições enviarem a presidência, porque se o CAP for se envolver nisso ficará muito demorado. **Presidente** – Pede que aqueles que tiverem as suas contribuições e quiserem que sejam encaminhadas via Conselho de Autoridade Portuária, que encaminhem a essa Secretaria para que se possa apresentar essa decisão. Como não houve nenhuma manifestação em contrário, o Presidente dá seqüência a pauta em seu item **– 6 – EVENTOS E PARCERIAS DA APPA PARA O EXERCÍCIO DE 2006 - Cons. Ruy Alberto Zibetti** – Representante da APPA. – Disse que existe uma programação determinada, bem estabelecida, onde será realizado pelo Porto de Paranaguá e Antonina, e seus colaboradores, eventos como o I Encontro Brasil Portuário, I Encontro de Portos Latino – Americanos, II Seminário Internacional de Gestão Ambiental Portuária, e a Intermodal, que se realizarão ao longo do ano de 2006. Convida assim a todos os presentes para que participem desses eventos. Avisa também que assim que as datas estejam firmadas estará repassando um prospecto a todos os Conselheiros, para que estes estejam se programando. **Conselheiro Bósio** – Este ano o CEXPAR, com apoio da AEB, realiza o IV Seminário de Logística do Estado do Paraná, e o IV Seminário de Logística Integrada, que é um Seminário Nacional, que se dará no dia 31 de maio, quando o CEXPAR completa 35 anos de fundação. Gostaria que esse ano a APPA participasse desse evento, que se trata de Logística Integrada, onde entram Portos e Aeroportos dentro da matéria. Como responsável pela Comissão de Atração de Cargas do Porto de Paranaguá, é importante esse evento se realizasse da Cexpar e da AEB, sendo uma proposta de que esse evento fosse inserido dentro da Programação de Eventos da APPA. **Conselheiro Ruy** – Considera a posição do Conselheiro Bósio, e destaca que ano passado tiveram uma reestruturação e não podem se posicionar em tempo para ir ao seu conhecido evento, mas que estarão se preparando com mais antecedência para participar desse evento. Na seqüência, o Presidente dá continuidade a pauta em seu item **– 7 – ISPS – CODE E CONTROLE DE ACESSO AOS PORTOS ORGANIZADOS E ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO OGMO PERANTE A LEI 8.630/ 93 – Conselheiro Ruy** - Destaca que o Isps – Code é uma preocupação de todos os Conselheiros, Comunidade Portuária e da APPA, e que

estão presentes a equipe técnica da APPA, que junto com o Dr. Fabiano esmeram-se a conseguir a certificação. Não sabe se o OGMO não prefere falar antes, porque evidentemente a Lei 8.630/93, vem nesse momento influenciar as nossas relações. Pergunta quem propôs esse item, por ter sido surpreendido quando atribuída a ele essa questão. **Presidente Hélio** – A matéria foi sugerida pela Superintendência da APPA à Secretaria do CAP. Esclarece que é uma tradição, de quando se trata de assuntos relacionados ou incluídos por solicitação da Administração do Porto, a palavra inicial é sempre de seus representantes designados para esse CAP, entretanto, estes Conselheiros podem se valerem de auxiliares para tratarem das questões. **Sr. Flávio** – Destaca a instalação de catracas, e torniquetes para controle de acesso de pessoas, e somente pessoas que estejam cadastradas e autorizadas terão acesso a faixa primária. Especificamente ao OGMO, já se tem uma integração com o Departamento de Informática do Ogmo, mas há uma necessidade que ainda não foi atendida, e como tem que atender as necessidades somente dos TPA's cadastrados, escalados para o terno, precisam receber essa lista de TPA's antes do início do terno, coisa que não foi feita nessa implantação do Projeto. Dá o exemplo das pessoas que são escaladas para trabalhar no terno que começa 7 horas da manhã, precisam receber antes das sete horas da manhã, a relação do nome dessas pessoas, para poder programar as catracas e torniquetes, para que somente essas pessoas escaladas possam entrar na faixa. E nesse primeiro momento o Ogmo ainda não atendeu a essa informação, e assim não se terá um controle efetivo, que só haverá quando o Ogmo conseguir passar essa informação a APPA. **Cel. Elpídio Artigas Filho** – Informa que dentro da implantação do ISPS-CODE no Porto de Paranaguá há um atraso considerável. E essa angústia devido ao atraso é de toda a Administração do Porto, e ela se deve a uma série de razões que talvez não precisem ser colocadas, mas sem dúvida há uma interferência pela condição do Porto como um todo, que implique em alguns procedimentos de órgãos que trabalham em conjunto com a Administração do Porto. E em virtude desse aspecto trouxeram o assunto à tona, por sentirem dificuldade de termos essas informações com a antecedência desejada e trouxeram a discussão ao Colegiado, para que realmente houvesse por parte do Conselho uma ajuda para que isso se concretize, porque todos têm conhecimento que se não tiverem essas informações, todos os investimentos feitos e todos os procedimentos do Porto, não terão validade alguma na medida em que duas ou três horas de espaço qualquer pessoa possa entrar no Porto, e portanto estariam com todo o planejamento de Segurança prejudicado. **Conselheiro Fayet** – Disse que pelo que estudou esse controle de pessoal é uma condição necessária e excludente, e se não tiverem esse controle adequado, não estarão em conformidade, podendo não estar em condições para operar no sistema. Pergunta se essa idéia está certa ou equivocada? **Dr. Fabiano** – Um dos requisitos para certificação é ter um controle de acesso não só das pessoas, mas das cargas, veículos. E no caso do Porto o controle de acesso de pessoas é o nó da questão, porque no dia-a-dia, muitas pessoas acessam o Porto. A questão da troca de dados entre o Ogmo e a APPA, foram feitas algumas reuniões, com a presença da CESPORTOS, do qual é coordenador, é um órgão mais de fiscalização, para observar se esse controle está sendo feito. Existe um problema na primeira chamada das sete

horas, a qual pensaram em fazer a verificação na saída. Existem reuniões semanais para equacionar isso, entre o Porto e o Ogmo, porque a Cesportos não pode ditar como proceder, e na realidade a Appa deve apresentar a forma que vai ser utilizada e a Comissão vai dizer se é suficiente ou não. Uma das hipóteses seria fazer na primeira chamada na fiscalização da saída, mas o mais importante é existir um processo administrativo eficiente para punir o trabalhador, ou qualquer pessoa que seja encontrada no Porto sem autorização para estar lá. Teve dois casos de pessoas que causaram tumultos em embarcações e essas pessoas através de inquérito foram proibidas de acessar os navios. Essa pessoa entrou com o mandato de segurança, contra a autoridade policial, e na justiça foi mantida a proibição de acessar. Tem que se pensar no Porto que o trabalhador, ou qualquer funcionário, ou prestador de serviço que acesse o Porto sem ter uma autorização para isso tem que receber uma punição. Acredita que essa fiscalização do controle de acesso tem que começar com os servidores do próprio Porto, todos terão que ter seu crachá e identificação para saber quando entraram e quando saíram. Embora a Comissão Estadual tenha uma posição de fiscalização, ela está a disposição, para quando for chamada. E o Controle de acesso é imprescindível para certificação. **Conselheiro Fayet** – Com sistemas informatizados não consegue entender, que na hora que se fecha a escala, em tempo real essa informação é transmitida para o sistema de catracas. Pergunta qual a dificuldade nesse sentido? **Presidente Hélio** – Pede que o **Sr. Roberto**, da Receita Federal se manifestasse, porque a Lei 8630 e o Regulamento Aduaneiro versa sobre essa matéria de acesso de pessoas e bens aos Portos. **Sr. Roberto** – Destaca que a verificação de funcionamento de acesso de veículos e pessoas, é um procedimento estabelecido na Receita, tanto é que em uma das Reuniões do CAP, esteve presente o **Sr. João Batista** que é participante de uma das comissões de vistoria. E a Receita como órgão, faz avaliação de recintos, incluindo essas verificações. O que pode dizer, é que tem conhecimento das pessoas que fazem parte da Comissão de Alfandegamento de Avaliação, e que existe essa dificuldade no controle de acesso de pessoas. A implementação do ISPS – CODE foi um pulso para Receita para que se desse conta de todas as exigências que já existiam dentro da Receita, dentro desse tema. O modo de implementação do Isps-Code tem avançado muito, e esses controles já deveriam estar implantados em todos os recintos alfandegados. Basicamente o que o ISPS exige são as condições de alfandegamento que já tinham naturalmente, e que a Lei 8630 só veio dar suporte. A APPA tem um processo de alfandegamento, e com a implementação do ISPS se tem a expectativa de que sejam resolvidos todos os problemas, para que efetivamente perante a legislação aduaneira a APPA esteja em conformidade com as exigências. **Sr. Dautro** – Cumprimenta a todos e pergunta se essa questão está encerrada ou se ainda será discutida essa questão de competências do Ogmo. **Presidente Hélio** – As competências do Ogmo estão expressas na Lei 8630 e demais legislações cujo âmbito, e o fórum de debate da legislação não é esse CAP. Aqui se pode discutir a forma em que está sendo aplicada, de dar consequência. **Sr. Dautro** – Considerando que o Assunto tratado refere-se especificamente a Isps-code, e que foram realizadas diversas reuniões, em que o Ogmo está atuando ativamente, junto com os trabalhadores, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, e a própria APPA. E vem